

Da Educação Superior Tradicional ao Ensino Contextualizado: Algumas Lições do Campus Icó da Universidade Federal do Cariri para o Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro¹

Ives Romero Tavares do Nascimento, Estêvão Lima Arrais, Jayene Brazil Xenofonte e Francisco Alexandro Souza Canuto

Resumo

Este ensaio apresenta algumas reflexões acerca de novos modelos de desenvolvimento pautados na sustentabilidade e ressignificação dos territórios brasileiros. Nesse ponto, as políticas públicas de expansão da educação superior aparecem como a possibilidade concreta de melhorar a qualidade de vida em todo o país, especialmente no Semiárido brasileiro. É neste espaço que surge a Universidade Federal do Cariri (UFCA), instituição pública de ensino superior, criada no seio das recentes discussões sobre o real papel das universidades como forças-motrizes do desenvolvimento territorial. As discussões aqui apresentadas partem de uma experiência pessoal dos autores e demonstram as possibilidades que a UFCA, em especial o *Campus Icó*, apontam para o restante do Brasil quando adota a educação contextualizada como a resposta mais plausível no atendimento das demandas sociais por ações concretas de desenvolvimento por meio de cursos de graduação e pós-graduação e projetos de pesquisa, ensino, extensão e cultura atentos às especificidades locais. Por fim, este ensaio mostra um conjunto de lições que podem ser aprendidas com a UFCA em sua breve história.

Palavras-chave

Políticas Públicas. Ensino Superior. Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal do Cariri. Semiárido Brasileiro.

Abstract

This essay presents some reflections about new development models based on sustainability and resignification of Brazilian territories. At this point, public policies of expansion of higher education is displayed as the concrete possibility to improve the quality of life throughout the country, especially in the Brazilian semiarid region. In this context, we find the Federal University of Cariri (UFCA), a public institution of higher education, founded amid recent discussions about the real role of universities as forces of territorial development. The discussions presented here are based on the authors'

personal experiences and they demonstrate, having UFCA, especially the *Icó Campus*, as a reference, possible ways to adopt contextualized education as the most plausible answer in meeting social demands for concrete development actions, through undergraduate and graduate programs, as well as research projects, teaching, extension and culture, attentive to local conditions. Finally, this essay shows a set of lessons that can be learned from the UFCA in its brief history.

Keywords Public Policies. Higher Education. Territorial Development. Federal University of Cariri. Brazilian Semi-arid.

PRIMEIRAS PALAVRAS

Ter a temática do desenvolvimento territorial como discussão deste ensaio, o qual procura trazer à tona sua importância para o Semiárido brasileiro por meio do destaque das políticas públicas de ensino superior, constitui-se como uma das tarefas primeiras quando se tenta compreender o fenômeno da expansão da educação de nível superior nos últimos anos no país, notadamente no âmbito das instituições públicas.

A busca por esse entendimento sobre a realidade universitária nacional reflete os interesses em conhecer os meandros da muito breve história das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, atrasadas até meados do século XX, quando a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) tensionam a sociedade civil no intuito de provocar a expansão do ensino superior no país (MARQUES, 2013).

Com a (re)abertura democrática do Brasil ao final da ditadura militar na década de 1980, o país passou a estabelecer novas políticas públicas voltadas ao ensino superior nacional. Este fato histórico representou, então, uma nova composição da rede universitária brasileira, com destaque para a ascensão do ensino superior privado em detrimento do sistema público.

Somado a isso, está o fato de que, desde os anos 1950, vigorava no Brasil a ideia de desenvolvimento atrelada ao crescimento econômico a ser viabilizado pela industrialização, não integrante de um modelo aliado às preocupações com saúde, meio ambiente e educação, por exemplo (HEIDEMANN, 2010).

Esse modelo de desenvolvimento, por sua vez, era a prática internacional imposta pela lógica capitalista europeia e estadunidense, de modo a perpetuar as ações neocolonialistas desses países. O termo desenvolvimento é transfigurado para o crescimento puro e simples, o qual, segundo Amartya Sen (2000), tem garantido a expansão imperialista do capitalismo por impor servidão às pessoas, e não liberdade.

Em outras palavras, a melhoria da qualidade de vida prometida pela massificação da indústria efetivamente não aconteceu, acirrando a diferença entre ricos e pobres, especialmente

em países como o Brasil. Dessa forma, abriu-se o caminho para constantes discussões internacionais sobre a utilidade do vigente modelo desenvolvimentista, culminando, por exemplo, com a publicação do Relatório de Brundtland (1987), incluindo a sustentabilidade na pauta transnacional dos debates acerca do real desenvolvimento.

A partir de então, uma nova perspectiva conceitual é posta em discussão sobre desenvolvimento sustentável, capaz de garantir o acesso aos recursos naturais às próximas gerações. Não apenas com um conteúdo quantitativo muito forte, ao termo desenvolvimento são incluídos novos sentidos qualitativos e subjetivos, como a dimensão social, cultural, ambiental e político-institucional (CHACON, 2007; SACHS, 2004).

Tais diretrizes do desenvolvimento sustentável servem para formular políticas públicas que possam promover ações concretas para o combate à degradação ambiental, à pobreza e em prol da procura por equidade econômica. Como resultante, há de proporcionar uma maior qualidade de vida adequada para todos, independentemente de classe, cor ou gênero (CHACON, 2007).

É interessante notar que é coincidentemente nesta época que há a inclusão da educação – particularmente a educação superior – como um dos vetores do desenvolvimento humano. Daí, podemos citar a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), a Conferência Mundial sobre Ensino Superior (1998), e a Declaração de Bolonha, em 1999 (LIMA, 2013).

No Brasil, o ensino superior público, entendido agora como um bem público (BERTOLIN, 2009), só passa a observar sua expansão a partir do governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2002-2009), com a adoção das políticas públicas do REUNI, oportunizando a expansão das universidades federais; com o PROUNI, o qual insere alunos na iniciativa privada do ensino superior; e com a reformulação do FIES, instrumento de financiamento de cursos superiores privados, por exemplo (RISTOFF, 2013; LIMA, 2013).

Isso nos habilita pensar que as recentes posições da educação superior no Brasil se aliam à discussão do desenvolvimento sustentável. A universidade, como um espaço de criação conjunta do conhecimento, por excelência, passa a se configurar também como o local onde o desenvolvimento sustentável de territórios é discutido.

Porém, uma nova pergunta pode ser feita: por que pensar em desenvolver territórios? O debate acadêmico mais atual tem seguido a reflexão crítica pelo caminho dos territórios por entendê-los como os espaços de “conceito trabalhado”, não só geográficos, mas dotados de características políticas, econômicas, culturais e sociais muito aparentes (SAQUET, 2014), unidos por elementos de coesão e identidade (SDT/MDA, 2005).

Provavelmente, a discussão hodierna sobre territórios brasileiros, entendidos na condição até aqui apresentada, recai fortemente sobre o Semiárido, região historicamente desprovida de políticas públicas capazes de superar as dificuldades socioeconômicas impostas pelo frequente fenômeno das secas. Como afirma Schistek (2013), o Semiárido brasileiro é acometido por uma má compreensão de sua essência, posto que as secas não são catástrofes ambientais pelo fato de serem frequentes, constantes e previsíveis.

Conti e Pontel (2013) afirmam haver uma ruptura paradigmática na observância do Semiárido. Essa nova mirada deixa em gradual desuso o termo político do “combate” para a “convivência” com a seca, na busca de um modelo de desenvolvimento capaz de sanar a insuficiência das políticas públicas em vigência no território.

Isso significa que a educação, especialmente a superior, precisa acompanhar a evolução de todas as novas formas de olhar esses espaços. O ensino tradicional, fortemente arraigado na inflexibilidade curricular e crítica já não consegue dar respostas suficientes às lacunas que o primeiro e o segundo setor deixam no país. A ressignificação territorial brasileira, levando em consideração as especificidades e necessidades locais, só é possível, antes de tudo, com a educação contextualizada dos indivíduos.

É por meio dela que a convivência com o Semiárido, por exemplo, é viabilizada ao levar em conta a utilização dos saberes e das técnicas sertanejas de uso e manuseio da terra e da água, culminando na própria ressignificação e desenvolvimento sustentável deste território (BAPTISTA; CAMPOS, 2013; PEREIRA, 2013). Ademais, é no território que os atores se relacionam em uma arena complexa, fruto da interação humana com os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, históricos e simbólicos, de forma a transcender a concepção de limite geográfico. Desta forma, os modelos de desenvolvimento devem aliar a tradição à modernidade, de forma a respeitar o caráter transdisciplinar do Semiárido, com o conjunto de atores que lhe ocupam e atribuem valor e uso (SANTOS, 2000; HAESBAERT, 1997).

Nesse cenário de mudança da racionalidade educacional brasileira, onde o ensino superior se expande e adquire objetivos de transição paradigmática dos territórios brasileiros, é que surge a Universidade Federal do Cariri, criada no ano de 2013 pela Lei Federal nº 12.826/13 a partir do desmembramento do *Campus* Avançado do Cariri da Universidade Federal do Ceará.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Seguindo o raciocínio traçado até aqui, chegamos ao ponto em que discutiremos a Universidade Federal do Cariri (UFCA) como um vetor de desenvolvimento territorial. Para tanto, contextualizaremos o espaço onde ela está inserida, o Cariri cearense, as características diferenciadoras da universidade e como ela aponta a educação contextualizada como estratégia desenvolvimentista.

O CARIRI CEARENSE

Para entendermos a universidade, antes de tudo, devemos conhecer a localidade onde ela se insere. O Cariri cearense é uma região político-administrativa, cultural e identitária, situada no extremo sul do Ceará, limítrofe com os estados da Paraíba, Pernambuco e Piauí, e formada por vinte e oito municípios, dentre os quais nove compõem a Região Metropolitana do Cariri, segunda do Ceará.

Figura 1 - O Território do Cariri Cearense

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2010.

Dados econômicos dão destaque para a agropecuária, seguida pela indústria, construção civil, comércio e serviços. Conjuntamente com o Centro-Sul do estado, o Cariri detém uma taxa de escolarização de 80,4% de alunos no ensino fundamental, ao passo em que apenas 47,5% dos alunos estão matriculados no ensino médio em 2013 (IPECE, 2014). Até o referido ano, a região detinha 7,6 profissionais de saúde por mil habitantes; uma taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) de 14,8; 2,9 leitos hospitalares por mil habitantes; e 0,6 unidades de saúde por mil habitantes (idem).

Pelo fato de ser um território geograficamente estratégico no Nordeste (equidistante de Fortaleza/CE, Recife/PE e Teresina/PI, por exemplo), o setor do comércio foi intensificado ao longo dos últimos anos, notadamente nas três maiores cidades caririenses, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha (conhecidas juntas como o Triângulo Crajubar).

Essas cidades, por sua vez, contêm quase 20% da população da capital cearense (449.708 mil habitantes, segundo o IBGE, 2015). Juntos, os três municípios têm um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (R\$ 1.00) de 26.213 (IPECE, 2014). Merece destaque também o fato de que o ensino superior tem acompanhado o crescimento econômico da região ao longo das duas últimas décadas. Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2010) e do Censo Educacional 2012 do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP) apontam que Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha são as cidades caririenses com o maior número de IES (22 instituições), sendo que 61% delas são particulares e 39% públicas (federais e estaduais).

Merece igual relevância o fato de o Cariri cearense ser referência cultural no estado e no Nordeste. As manifestações populares e religiosas dão ao território um caráter *sui generis* quando sua cultura é mencionada. As festas populares, como o Pau da Bandeira em Barbalha, os reisados e as lapinhas em Crato e as romarias do Padre Cícero em Juazeiro do Norte, vivificam a dinâmica local. Sobre esta última, a título exemplificativo, cumpre dizer que é responsável pela intensificação do comércio local e das cidades vizinhas em quatro datas anuais, quando a população juazeirense é praticamente quadruplicada (CHACON *et al.*, 2012).

Figura 2 - Romaria de Nossa Senhora das Candeias em Juazeiro do Norte/CE



Fonte: Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, s.d.

É nesse cenário de intensa vivificação social, cultural e econômica que surge a UFCA, erguida em princípios norteadores mais condizentes com a realidade territorial caririense e sensível às necessidades locais. O item seguinte tratará de detalhar como o processo de concepção da IES, feito a partir do desmembramento da Universidade Federal do Ceará, propiciou à universidade um conjunto de características que a tornam diferente de outras do país.

PARTICULARIDADES DA UFCA

A UFCA é diferente de muitas outras universidades já pela forma como foi gestada. Sua curta história remete ao início dos anos 2000, quando a Universidade Federal do Ceará cria em Barbalha o Curso de Medicina, embrião do *Campus Avançado* da UFC no Cariri, resultado de uma conjuntura de reivindicação social e política local por um curso de saúde da esfera federal.

Em 2006, a UFC oficializa o *Campus Cariri* com a abertura de quatro cursos de graduação em Juazeiro do Norte (Administração, Biblioteconomia, Engenharia Civil e Filosofia) e um

em Crato (Agronomia). Três anos mais tarde, Administração Pública, Comunicação Social – Jornalismo, Engenharia de Materiais, Design de Produtos e a Licenciatura em Música aumentam a cartela de cursos superiores da UFC Cariri.

Em 2011, a pós-graduação começa a tomar forma. É criado o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, o PRODER, e o Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável – MDER (UFCA, 2013), vinculados ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação do Semiárido (CPPS).

A partir daí, as discussões sobre a necessidade de uma universidade federal autônoma e independente na região ganham força, impulsionando o debate político no Poder Público brasileiro, culminando na criação da Universidade Federal do Cariri no ano de 2013.

Talvez quatro aspectos sejam os mais chamativos quando nos debruçamos sobre o processo de criação e concepção da universidade. O primeiro deles diz respeito ao fato de que, desde o ano de 2003, já existia o Parecer Nº 1.861 da Comissão de Educação do Senado Federal, sugerindo o posicionamento favorável do Congresso Nacional à UFCA e reforçando a existência da mobilização política local e nacional para a implantação de uma instituição federal de ensino superior no Cariri.

O segundo refere-se à organização interna que conduziu a transição entre UFC Cariri e UFCA. Chacon *et al.* (2012) apontam que o *Campus* Cariri da UFC já se mostrava diverso de outros *campi* universitários por ter uma “condição de estrutura diferenciada”, sem a estrutura rígida dos departamentos tradicionais. Ainda segundo as autoras, essa realidade oportunizou que servidores técnicos e docentes pudessem atuar juntos e de forma flexível em diversas ações de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Em decorrência disso, o terceiro aspecto foi o empoderamento das pessoas nas discussões quando a lei federal que criou a universidade abriu espaço para a montagem de Grupos de Trabalho (GTs) para discutir a organização da UFCA. O espaço dialógico foi aberto a toda comunidade interna e externa da universidade, culminando com a instituição, por exemplo, de uma pró-reitoria destinada exclusivamente para as ações de cultura da UFCA, a Pró-Reitoria de Cultura. Vale dizer que o número de IFES brasileiras que têm um órgão exclusivo para tal fim é baixíssimo. Em outros termos, isso transparece a força identitária e cultural que o território do Cariri possui e que se traduz, até mesmo, na criação de entidades de ensino superior.

A quarta particularidade da UFCA é que ela já nasceu *multicampi*, em cinco cidades diferentes: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Brejo Santo e Icó. Esta última, por sua vez, pertence ao território do Centro-Sul do Ceará, dando-nos a chance de afirmar que representa a primeira expansão da instituição para fora de sua região de origem. E é no *Campus* Icó que a UFCA começa a dar indicativos da utilização mais clara da educação contextualizada em sua abrangência local e regional por meio da criação do Instituto de Estudos do Semiárido (IESA), o qual será comentado no próximo ponto.

O INSTITUTO DE ESTUDOS DO SEMIÁRIDO

O Instituto de Estudos do Semiárido da Universidade Federal do Cariri (IESA/UFCA) é criado em 2014 com uma proposta e uma missão diferentes de muitas unidades acadêmicas universitárias do Brasil. Nasce não como uma simples reunião de cursos de graduação e pós-graduação, mas sim como um instituto temático voltado a responder uma pergunta primordial: como proporcionar a convivência com o Semiárido a partir da atuação da universidade?

Isso quer dizer, em outros termos, que a universidade em Icó não ofereceria ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura de maneira aleatória, mas sim feitas de forma refletida e pensada com base na observância das necessidades locais do território. Significa ser condizente com o discurso desenvolvimentista de que a educação faz parte das dimensões que o compõem e o papel da universidade, especialmente o da UFCA, envolve a contribuição real para o território do Semiárido.

Figura 3: Imagens do conjunto arquitetônico histórico de Icó, Ceará



Fonte: Jucieldo Alexandre, 2014.

Assim, é criada a primeira graduação do IESA em 2014, o Bacharelado em História com ênfase em Gestão do Patrimônio Socioambiental e com Ênfase em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural, vista a importância da cidade-sede do IESA. Icó foi a terceira vila criada na então província do Ceará e foi, por séculos, o centro urbano mais importante de todo interior do estado. Com uma riqueza acumulada nos ciclos do couro, por exemplo, a cidade hoje resguarda um conjunto arquitetônico de casarões, sobrados e igrejas barrocas tombadas pelo IPHAN do Ceará. O Curso de História aparece, no primeiro momento, como a tentativa mais direta de proteção do patrimônio icoense – e de todo o Semiárido – por

entender que ele também faz parte do território e é importante para seu desenvolvimento, tendo como objetivo principal:

Formar e habilitar historiadores que atuem no desenvolvimento tanto das atividades vinculadas às tradicionais instituições da pesquisa histórica, sejam acadêmicas, sejam aquelas vinculadas ao Estado e às iniciativas privadas, quanto no encaminhamento das muitas e novas demandas que o regime de historicidade contemporâneo nos coloca: na assessoria à produção artística, na promoção de eventos culturais, na constituição e efetivação de políticas de preservação do patrimônio histórico e ambiental, formulando, desenvolvendo, monitorando e avaliando políticas, projetos, e ações que garantam a auto sustentação do território, a defesa de seus bens culturais e ambientais e ainda a gestão de infraestruturas adequadas à viabilidade da qualidade de vida das populações (UFCA, 2014b).

Incluído nessa vertente, surge a segunda graduação do IESA em 2015, o Bacharelado em Gestão Pública com Ênfase em Desenvolvimento Regional, com previsão de início para o primeiro semestre de 2016. Este curso é pensado diante da necessidade de se instrumentalizar a gestão pública brasileira – especialmente a do Semiárido – com profissionais amplamente capacitados para mobilizar o Estado da forma mais eficiente e eficaz no atendimento das necessidades básicas e primeiras do país. Dessa maneira, o curso propõe-se a:

Formar e habilitar gestores que atuem em atividades que envolvam a gestão de territórios no âmbito do Semiárido, de modo particular, formulando, desenvolvendo, monitorando e avaliando políticas, projetos, e ações que garantam a auto sustentação do território, a defesa de seus bens culturais e ambientais e ainda a gestão de infraestruturas adequadas à viabilidade da qualidade de vida das populações (UFCA, 2014a).

Entretanto, a pergunta que pode surgir é: sob qual aspecto os cursos de graduação do IESA são inovadores ao ponto de atingir positivamente o desenvolvimento do semiárido? A resposta está em dois pontos essenciais: a concepção do Instituto e a estrutura curricular de ambos. Em primeiro lugar, o IESA compromete-se com sua essência de unidade acadêmica, privilegiando os espaços fluidos entre as suas unidades curriculares, possibilitando o trânsito livre de professores e alunos entre seus cursos. O fato de praticamente não haver pré-requisitos entre as disciplinas e também de existirem muitas optativas livres configura, em uma maior escala, o ensino não em cursos, mas sim no próprio Instituto. Em segundo lugar, as matrizes curriculares de ambos os cursos contêm disciplinas que se aderem às realidades e necessidades locais, como pode ser visto no Quadro 1:

Quadro 1 – Exemplos de Disciplinas do IESA ligadas ao território

	CURSOS	
	História	Gestão Pública
DISCIPLINAS	Políticas Públicas para o Patrimônio Histórico e Cultural	História dos Territórios Brasileiros
	Gestão do Patrimônio Socioambiental	Técnicas e Saberes Sertanejos
	Políticas Públicas para o Patrimônio Socioambiental	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar
	História do Nordeste	Gestão Social e Economia Solidária
	Gestão Ambiental	Desenvolvimento Regional e Sustentável I e II
	Educação Patrimonial	Educação para a Sustentabilidade

Fonte: Adaptado de UFCA (2014a; 2014b).

Para além disso, todos os projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura em vigência no IESA, de alguma forma, atentam para as questões territoriais e locais que cercam a universidade. Alguns exemplos podem ser dados:

- a) Projeto de Pesquisa: “Só deixo o meu Cariri no último pau-de-arara”: O estudo de caso da UFCA a partir da recepção dos seus alunos egressos, o qual tem como objetivo entender como os egressos da universidade a enxergam sobre sua atuação no desenvolvimento territorial caririense;
- b) Projeto de Extensão: Diálogos sobre o Patrimônio, o qual discute, com a comunidade, temas pertinentes às relações sociais com as mais diversas formas de patrimônio em um contexto interdisciplinar (Figura 4);
- c) Projeto de Ensino: Entre Roteiros, Enredos e Personagens: A Monitoria de Produção Textual na Busca pela Excelência do Curso de História da UFCA, atrelando as disciplinas de Produção Textual e Introdução à Sociologia para o ensino e aprendizagem da leitura e escrita de textos contextualizados com a perspectiva local;
- d) Projeto de Cultura: Contos e Crônicas do Sertão: Um Resgate da Memória Sertaneja, produzindo contos e crônicas a partir da história oral local.

Figura 4 - Primeiro Diálogos sobre o Patrimônio em 2014 no Teatro Ribeira dos Icó's, em Icó/CE



Fonte: Juciello Alexandre, 2014.

Por fim, dois grupos de pesquisa e extensão oficialmente vinculados ao IESA dão o suporte teórico-metodológico à universidade no tocante à execução de ações voltadas prioritariamente para o Semiárido: o Observatório de Políticas Públicas para Territórios (OPPTE) e o Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional do Semiárido (LEADERS).

Atualmente, o OPPTE está realizando uma ação de pesquisa e extensão, financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e apoiada pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a fim de promover o fortalecimento dos Colegiados e Núcleos Dirigentes do Território da Cidadania do Cariri e do Território Rural do Centro-Sul e Vale do Salgado com a oferta de cursos de formação em políticas públicas, desenvolvimento territorial e gestão social, além de atuar diretamente com a inclusão produtiva, juventude e coletivos de mulheres.

PERSPECTIVAS DE FUTURO: O QUE APRENDER COM A UFCA EM APENAS DOIS ANOS?

Numa posição de vanguarda, muito provavelmente, as novas universidades federais têm se inserido com mais empenho nas discussões e na concretude de ações de desenvolvimento naquilo que pertence à sua essência: ensino, pesquisa, extensão e cultura. Representa, então, uma nova posição institucional no trato das questões territoriais, pois a universidade sai de “seus muros” e passa a agir diretamente em conjunto com os governos, iniciativa privada e sociedade civil organizada.

Essa mudança paradigmática parece ser uma das frentes de atuação da Universidade Federal do Cariri quando a instituição decide criar “unidades acadêmicas temáticas”, como o caso do Instituto de Estudos do Semiárido, localizado na cidade de Icó, Ceará. Propor a organização de unidades curriculares como centro do IESA – e não em cursos de graduação e pós-graduação separadamente – já se mostra uma decisão acertada quando pensada a viabilidade de ações universitárias mais centradas no território, ainda mais quando se presta a atuar fortemente com a convivência com o Semiárido. Todavia, essa parece ser a maior ponderação acerca das dificuldades que uma universidade enfrenta durante sua implementação: como mediar os interesses da instituição com os da sociedade/mercado produtivo? A resposta encontra-se nos moldes da implementação da própria organização.

Comumente as instituições universitárias são demandadas a ofertar graduações que correspondam aos anseios diretos do tecido produtivo e que tragam retorno financeiro a médio e curto prazo para os profissionais formados. Por outro lado, nem sempre essa relação corresponde ao que se necessita desenvolver nos territórios brasileiros. Como o IESA e o *Campus Icó* nos demonstram, as bases das ciências humanas e sociais aplicadas precisam ser solidificadas para que os conhecimentos técnicos e tecnológicos possam ser estruturados em consonância com a realidade local. Ou seja, a propositura dos cursos de graduação não pode mais ser meramente mercadológica e tampouco atinente a interesses particulares. Ela deve ser refletida, orientada ao bem comum e sensível às necessidades territoriais. É o caso do IESA, o qual vem propondo suas graduações a partir de estudos locais e para além da trivialidade acadêmica vigente, a qual enxerga apenas os cursos mais tradicionais.

Assim, o maior aprendizado com a UFCA é a alteridade no mundo acadêmico. Perceber-se no outro é um exercício eficaz no entendimento acurado das reais necessidades locais, as quais estão além das verdades criadas pelo sistema capitalista de mercado. Desenvolver significa, acima de tudo, enxergar o território e perceber nele as potencialidades que poderão ser ativadas, entregando às pessoas o que realmente elas precisam.

NOTA

- 1 Submetido à RIGS em: abr. 2016. Aceito para publicação em: jun. 2017. A contribuição vivencial aqui enviada foi aprovada e publicada como ensaio no XII Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social (ENEDS), ocorrido entre 12 e 15 de agosto de 2015 em Salvador/BA.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Barbalha-CE. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barbalha_ce>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. Crato-CE. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/crato_ce>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. Juazeiro do Norte-CE. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

pt/perfil_m/juazeiro-do-norte_ce>. Acesso em: 28 mar. 2015.

BAPTISTA, Naidison Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. Educação Contextualizada para a convivência com o Semiárido. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (Org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Editora IABS: Brasília/DF, 2013.

BERTOLIN, Júlio C. G.; MARCON, Telmo. O (des)entendimento de qualidade na educação superior brasileira – Das quimeras do provão e do ENADE à realidade do capital cultural dos estudantes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, p. 105-122, mar. 2015. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/aval/v20n1/1414-4077-aval-20-01-00105.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.826**, de 5 de junho de 2013. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Cariri - UFCA, por desmembramento da Universidade Federal do Ceará - UFC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12826.htm>. Acesso em: 15 abr. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território. Cidadania do Cariri – MDA/SDT/AGROPOLOS**. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010.

_____. **Territórios da Cidadania**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/02/1574015804-1.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2010.

CHACON, Suely Salgueiro. Desenvolvimento. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org.). **Dicionário para a Formação em Gestão Social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 48-50.

_____. **O Sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: BNB: 2007. Série Teses e Dissertações. Vol. 8. 353 p.

_____; BARRETO, P.; DO NASCIMENTO, V. Construindo sonhos no sertão cearense: trajetos do mestrado em desenvolvimento regional sustentável. **Revista NAU Social**, n. 3, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/view/239/203>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CONTI, Irio Luiz; PONTEL, Evandro. Transição paradigmática na convivência com o Semiárido. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (Org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Editora IABS: Brasília/DF, 2013.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 107-126, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100007>. Acesso em: 01 abr. 2015.

HAESBAERT. R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à**

multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDEMANN, Francisco G. Do Sonho do Progresso às Políticas de Desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases Epistemológicas e Modelos de Análise**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **@Cidades – Barbalha**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230190&search=ceara|barbalha>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. **@Cidades – Crato**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230420&search=ceara|crato>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. **@Cidades – Juazeiro do Norte**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230730&search=ceara|juazeiro-do-norte>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE. **Ceará em Números – 2012**. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2012/completa/Ceara_em_Numeros_2012.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2014.

_____. **Perfil Básico Municipal 2014 de Barbalha**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2014/Barbalha.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. **Perfil Básico Municipal 2014 de Crato**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2014/Crato.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. **Perfil Básico Municipal 2014 de Juazeiro do Norte**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2014/Juazeiro_do_Norte.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. **Perfil Básico Regional 2014 – Macrorregião Cariri / Centro-Sul**. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/Perfil_Regional_R8_Cariri_Centro_Sul_2014.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo da educação superior 2012: resumo técnico**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2015.

LIMA, Paulo Gomes. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. **Avaliação**, Campinas, v. 18, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 abr. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Territorial de**

Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Cariri/CE – PTDRSS. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Desenvolvimento, Estado e Sociedade: As Relações Necessárias, as Coalizões Possíveis e a Institucionalidade Requerida. In: CARDOSO JR., José Celso; SIQUEIRA, Carlos Henrique R. (Org.). **Diálogos para o Desenvolvimento.** Brasília: IPEA, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: EAESP/FGV, 2001. 40p.

PINHEIRO, Carlos Henrique Lopes. **Percepções e Trajetórias Docentes:** mobilidade no contexto da interiorização e expansão do ensino superior público no estado do Ceará. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7174/1/2013-TESE-CHLPINHEIRO.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. Cariri-CE. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/carirce/one-community?page_num=0>. Acesso em: 05 fev. 2014.

RISTOFF, Dilvo. Os Desafios da Educação Superior na Ibero-América: Inovação, Inclusão e Qualidade. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, p. 519-545, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n3/02.pdf>>. Acesso em 01 abr. 2015.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. Território. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org.). **Dicionário para a Formação em Gestão Social.** Salvador: CIAGS/UFBA, 2014.

SANTOS. Milton Almeida. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Editora Record, 2000.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – SDT/MDA. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil.** Série de Documentos Institucionais - 02. Brasília: SDT/MDA, 2005.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENADO FEDERAL. **Parecer nº 1.861 de 2003.** Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=1254&seqPaginaInicial=186&seqPaginaFinal=186>>. Acesso em 15 abr. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão Pública com Ênfase em Desenvolvimento Regional.** Instituto de Estudos do Semiárido. 2014a.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado História com Ênfase em Gestão do Patrimônio Socioambiental e em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural.** Instituto de Estudos do Semiárido. 2014b.

- Ives Romero
Tavares do
Nascimento** Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Doutorando em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: ives.tavares@ufca.edu.br.
- Estêvão Lima
Arrais** Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduado em Administração Pública pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: estevaolarrais@gmail.com.
- Jayne Brazil
Xenofonte
Carreiro** Graduanda em Administração pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: jayneadm26@gmail.com.
- Francisco
Alexsandro
Souza Canuto** Graduando em Administração pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: alexsandrosouzacanuto@gmail.com.